Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte, foi realizada na sede do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas – CES/AL, a 84ª Reunião Extraordinária do CES/AL, em formato hibrido (virtual e presencial) em virtude da pandemia do COVID-19. A reunião contou com a **participação presencial** dos **Conselheiros Titulares:** **José Francisco de Lima (**SEESSE**), Manoel Eduardo Oliveira** (FAMECAL), **Josileide Carvalho dos Santos** (CRP/15), **Paulo Luiz Teixeira Cavalcante** (SESAU) e **Cícero Vieira Sampaio (**Instituto Alvorada**). Conselheiros Titulares (FORMATO ONLINE): Francisco Ricardo Correia Mata** (CUT), **Vera Lúcia Elias Rodrigues** (Santa Casa de Misericórdia de Maceió), **Maria do Socorro Santa Maria** (Rede Feminina)**, Wellington Diniz Machado** (ARCAL), **Valdice Gomes da Silva** (ANAJÔ**), Edeildo Alves de Moura** (SINDCONAM/AL**), Cicero Cassiano da Silva Júnior** (FAAPIAL**), Maria das Graças da Silva Dias** (ADEFAL), **Rildo Bezerra** (COREN), **Renilda dos Santos Barreto** (SINEAL), **Clodoaldo Vieira Guimarães** (UNIASAL), **Maria Alice Gomes Athayde** (FASPEAL), **Marcus José Guimarães** (AFADA), **Jade de Albuquerque Rodrigues** (CGTB) e dos **Conselheiros Suplentes (FORMATO ONLINE): Julia Maria Fernandes Tenório Levino (**SESAU**), Maria Augusta Machado Marinho** (APOSTE), **Cristiano Sousa Silva** (CRO/AL), **Ducy Lilly Joazeiro de Farias Costa** (SOEAL), **Maria Patrícia dos Santos** (SATEAL), **Tâmara Maria Rodrigues Batista de Oliveira** (FEAPAES/AL), **Dulcilene Lins de Lima Omena** (AAAHD) e **Tarlisson dos Santos** (GRUPO GAY). **Contou ainda com os Técnicos da Secretaria Executiva presencial:** Simone Stella Gabriel Barros e Maria Denilda Silva de Almeida Pereira. (**FORMATO ONLINE**): Edna Silva dos Santos. **Assessoria de Comunicação (FORMATO PRESENCIAL)**: Elza Simões do Amaral e Chrystian Fabiano de Souza Silva, e a **Equip**e **Administrativa presencial:** Thâmara Moura Santos e John Carlos Muniz da Silva. **CONVIDADOS (formato presencial): Fábio Oliveira e Silva (CORA), Lysgreth Sanches Carrera (REGULAÇÃO ESTADUAL) e Vanessa Holanda Carneiro (REGULA ESTADUAL). Participantes online: Conselheiro Municipal** **de Saúde** **de Maceió**, **Hugo Alexandre,** A reunião teve apenas um **ponto de pauta**: ITEM 1 – **AVANÇOS E DIFICULDADES DO COMPLEXO DE REGULAÇÃO ASSISTENCIAL DE MACEIÓ (CORA) E DA REGULAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS.** O Presidente do CES/AL **José Francisco de Lima** iniciou a reunião as quatorze horas e trinta e seis minutos, informando que a Secretária Executiva do CES/AL, Maria de Fátima Leite Carnaúba não participaria da reunião por motivo de falecimento na família. Em seguida solicitou a inclusão do ponto de pauta – Moção de Repúdio ao Decreto 10.530 de 26/11/2020. Falou da importância da pauta da reunião, que era de grande relevância para o Estado de Alagoas, e que os convidados iriam prestar todas as informações sobre a matéria, por solicitação da Conselheira Josileide Carvalho. Em seguida passou a palavra para **o primeiro Secretário da Mesa Diretora do CES/AL, Conselheiro Cicero Vieira Sampaio** que leu o expediente do dia – justificativa dos conselheiros: MESSIAS DA SILVA MENDONÇA, titular do grupo Gay de Maceió, sendo substituído nessa reunião por seu suplente TARLISSON DOS SANTOS- segmento usuário; MARIA DAS GRAÇAS XAVIER RIBEIRO, titular da Federação das APAES do Estado de Alagoas – FEAPAES/AL, sendo substituída nessa reunião por sua suplente TÂMARA Mª RODRIGUES BATISTA DE OLIVEIRA- segmento usuário; JESSE LAYRA DA SILVA OLIVEIRA e ZENÓBIA XAVIER LOPES, titular e suplente respectivamente da Associação dos Amigos e Pais de Pessoas Especiais - AAPPE - segmento Prestador. HARRISON DAVID MAIA, titular do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Alagoas – SINTESTAL, sendo substituído nessa reunião por sua suplente MARIA PATRÍCIA DOS SANTOS - segmento trabalhador; MARILDA PEREIRA YAMASHIRO TANI, titular do Núcleo Estadual Ministério da Saúde em Alagoas- segmento Gestor; MARIA CRISTINA NASCIMENTO DA SILVA, titular do Instituto Feminista Jarede Viana- segmento usuário; JORDEVAL SOARES DE MORAIS, titular da Associação Alagoana de Assistência ao Hipertenso e ao Diabético – AAAHD, sendo substituído nessa reunião por sua suplente DULCILENE LINS DE LIMA OMENA - segmento usuário; CLEMENTINA CORREIA PEREIRA, titular da Central de Movimentos Populares- segmento usuários. Em seguida fez a leitura a Moção de Repúdio ao Decreto 10.530 de 26/11/2020 que autoriza estudos sobre a participação da iniciativa privada para construção, modernização e a operação das Unidades Básicas de Saúde dos Estados, DF e municípios, como parte do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Após a leitura da moção, **o Presidente do CES/AL Francisco Lima** colocou-a em votação, sendo aprovada por unanimidade. Passou então a palavra para a Conselheira **Josileide Carvalho**, que esclareceu que o pedido da pauta foi devido as dificuldades encontradas pelos usuários ao procurarem os serviços de saúde ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no PAM Salgadinho. A Conselheira falou que havia procurado os serviços de saúde no PAM Salgadinho e sentiu na pele o que as pessoas tem passado para poder conseguir suas consultas. Falou que gostaria de ouvir o Município de Maceió sobre o CORA, e o Estado sobre como estavam funcionando os serviços de Regulação Estadual, de consultas, exames e leitos. O **Presidente do CES/AL** passou em seguida a palavra para o representante da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió (SMS), **Fábio Oliveira e Silva**, Coordenador do CORA, que parabenizou a Conselheira Josileide pela iniciativa de solicitar a pauta sobre a Regulação, e agradeceu pela oportunidade de prestar os esclarecimentos sobre o tema. Falou que com o avanço da Pandemia do COVID-19 vieram os decretos presidenciais, um deles permitia que os Prestadores de Serviços contratualizados podiam receber por média de produção, mesmo sem prestar o atendimento. Medida decretada pelo Presidente da República com o intuito de preservar a prestação de serviços em todo o Brasil. Diante dessa situação, muitas agendas foram fechadas pelos Prestadores, seguindo todas as normas de isolamento social que vigoraram no auge da pandemia. Durante esse período, houve no Complexo Regulador um fechamento de oferta ou redução de oferta de quase todos os Prestadores contratualizados pela SMS durante alguns meses. Em julho a SMS convocou os Prestadores para reuniões semanais, com o intuito de ser programado a reabertura dessas agendas. Afirmou que hoje nem toda a oferta contratada pelo Município de Maceió está disponível para a população, devido a problemas internos dos Prestadores de Serviços. O Complexo Regulador de Maceió, mesmo no auge da Pandemia não deixou de funcionar, tanto nas UBS, como nas consultas e exames. No momento, ainda não tem cem por cento (100%) da oferta contratada disponibilizada para a população. A SMS vem motivando esses Prestadores a reabrirem as suas agendas e voltarem a prestar esses atendimentos a população. Com a pandemia e o isolamento social muitos pacientes deixaram de ir para suas consultas e perderam a condução dos seus tratamentos. Hoje, apesar da redução do contágio, ainda se encontra unidades com oferta reduzida, causando filas de espera. Havia um desafio diário que era retomar as agendas de oferta que foram contratadas, que devem estar disponibilizadas para os usuários. Isso gerava uma demanda muito grande para filas de espera de consultas, exames e também, uma redução na execução das cirurgias eletivas. A porta de entrada dessas cirurgias eletivas era a consulta ambulatorial, e para realização dessas cirurgias precisava ser realizado os exames laboratoriais. A partir de reuniões com o Conselho Municipal de Saúde de Maceió (CMS), houve um encaminhamento de padronização da tarefa, atendimento e o trabalho do setor de agendamento das UBS. De um ano para cá, o setor de marcação, os marcadores, inclusive a coordenação, que eram ligados a Diretoria da Atenção à Saúde passaram a ser subordinados a Diretoria de Controle, Avaliação, Auditoria e Regulação. Com todos os funcionários ligados ao Complexo Regulador foi possível padronizar a rotina de marcação de maneira muito efetiva. Durante a pandemia surgiram algumas demandas, que em tempo recorde, conseguiu estabelecer fluxo a população, a exemplo do fluxo das tomografias computadorizadas, especifica para o COVID-19. Tudo isso foi possível porque desde janeiro já existia o comando de todos os marcadores. Conseguiram também, acompanhamentos, monitoramento, supervisão, auditoria do setor de marcação. Os marcadores, que são funcionários das UBS, tem supervisão diária. É possível saber seu horário de trabalho e se está cumprido as metas, as quantidades e as qualidades de suas marcações. “ Entendemos que se dinamizar a operacionalização das marcações, conseguiríamos um ganho para a população. Apenas com esses detalhes houve um ganho na fila de espera”. Ainda com a palavra, esclareceu que a gestão conseguiu entender a importância do Complexo Regulador, e com isso foi possível ampliar o setor, dando condição de receber os usuários de uma forma mais humana. Com a evolução da regulação ambulatorial, com a equipe nova que chegou para trabalhar na parte de reserva técnica, houve uma melhora no tempo de resposta aos usuários. Foi possível fazer uma análise rotineira da fila de espera. “Temos uma equipe com capacidade para avaliar essa fila de espera de cada UBS de Maceió”. Nesse período de reabertura das agendas foi identificada uma demanda muito grande de cirurgia pediátrica quando a equipe da Santa Casa de Misericórdia de Maceió voltou a funcionar com os ambulatórios de cirurgia pediátrica, onde em quatro dias foi eliminada a fila de espera de quase oitenta e seis pacientes que estavam aguardando desde março, tanto para consultas como para cirurgias já programadas. Assim que a agenda foi aberta já tínhamos tudo pronto para utilizar a oferta. Esclareceu que tinha uma central telefônica que entra em contato com o usuário para saber por que ele não foi para a consulta e se quer remarcar , onde é dado “feedback” as UBS que marcaram. Tinha também um WhatsApp para auxiliar e o aprimoramento das gestões das redes temáticas. O Complexo Regulador também estava fazendo um trabalho de orientação, de educação dos usuários. Os Conselhos Municipais de Saúde, o CES/AL e todos aqueles que lutavam para um SUS mais justo precisavam resolver o problema do Estado, que era a pactuação entre os Municípios, que estava muito atrasada. Ela foi feita em uma época que não tínhamos a oferta que temos hoje, sem contar com a tabela SUS, extremamente atrasada também. São quase vinte anos de atraso na tabela SUS. Uma consulta nessa tabela custa dez reais (R$10,00), uma ultrassonografia custa vinte reais (R$20,00). Poucos Prestadores querem ofertar esses serviços para ter prejuizo. A maioria deles são do setor privado. Havia uma ausência de programação dos recursos do governo federal, que são recursos de portaria, que estão na chamada reserva técnica, recursos não programados, e isso precisava ser resolvido. Os recursos das portarias no Estado precisavam ser programados. Essa não era uma missão apenas de uma secretaria, mas sim, de todos que fazem o SUS. Não era o Conselho sozinho que iria fazer isso. Existiam alguns desafios que estavam programados para resolvê-los, como também a regulação hospitalar, as cirurgias eletivas dos municípios que eram realizadas em Maceió. Explicou que elas eram autorizadas no Município, e que o paciente ia direto para o prestador em Maceió, era executada a cirurgia e o prestador mandava a conta para a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, pois essa pactuação de média e alta complexidade estava alocada em Maceió. Essa falta de controle por parte da pactuação gerava um déficit para Maceió, pois os Municípios mandavam uma quantidade de procedimentos maior do que a que foi pactuado. No final quem pagava a conta era Maceió. “ Trabalhamos refém de um sistema chamado SISREG, que é um outro problema do Ministério da Saúde (MS) e não nosso. Um dos programas crônicos do SISREG é a parte hospitalar” . Diante das dificuldades, foi realizada uma reunião com o Secretário de Saúde, que autorizou a criação de um novo sistema. A criação desse sistema demanda muito tempo. “ Estamos há dezoito meses trabalhando num sistema para substituir o SISREG. Um sistema que vai se comunicar com os outros sistemas” . **A Conselheira Josileide Carvalho** perguntou sobre o CONECTASUS. **Fábio Oliveira** respondeu que o CONECTASUS estava mais voltado para a atenção básica e para a parte de prontuário eletrônico. Os desafios para o futuro era implantar o sistema novo. Ele já está funcionando de maneira experimental no Segundo Centro de Saúde e iria ser implantado no PAM Salgadinho no mês de novembro. O objetivo era atingir toda a rede de Maceió, depois iria ser feito um trabalho concomitante com o pessoal da regulação estadual, que era treinar os usuários do sistema nos municípios. Falou que o Secretário de Saúde de Maceió “vai matar o CORA”. “Vai mudar o nome e o sistema do complexo regulador”. O Complexo Regulador tinha avançado muito, tanto na estrutura, como organizacionalmente. Como iria substituir o SISREG vai aproveitar e substituir o nome CORA. Dando sequência, a Coordenadora da Regulação Estadual de leitos, **Lysgreth Sanches Carrera** falou que a regulação estadual iniciou com o COVID-19. Antes não tinha uma regulação, onde o município encaminhava o paciente direto para o HGE. Quando começou a dar o acesso aos leitos se conseguiu uma organização, só tinha acesso os pacientes do SUS. A regulação se baseou na Lei Orgânica do SUS nº 8080/1990, nas portarias ministeriais nºs 399 e 699 que aprova e regula as diretrizes operacionais. A Regulação tinha como objetivo tornar eficiente a regulação ambulatorial, os procedimentos de alta e media complexidade e leitos da rede de atenção a saúde, promovendo um acesso equânime e integral e qualificado dos serviços de saúde. A Central de Regulação da SESAU estabelecia o protocolo do acesso nas áreas tanto hospitalar como ambulatorial, propiciando a oferta disponível as necessidades imediatas da população. Atingindo todo o Estado de Alagoas. Hoje contava com o Hospital da Mulher, Hospital Metropolitano, Hospital Regional da Mata, Hospital Regional do Norte, HGE e as Clínicas das empresas. Com a ampliação dos hospitais iriam começar a regular para todos eles. Explicou que o paciente chegava no hospital ou posto de saúde, entrava em contato com a regulação, que fazia o pedido e uma busca ativa das vagas, usando o mapa da região. No processo ambulatorial, o atendimento continuava através do SISREG. Cabia ao município solicitante a entrega da marcação ao paciente. Informou ainda que existia um estudo para que a própria Central de Regulação fizesse essa entrega ao paciente. Se o paciente precisasse retornar à consulta, já deixava marcada no mesmo dia em que estivesse sendo atendido. A Central Reguladora funcionava vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana, com uma equipe de médicos especialistas para atendimento de pacientes com COVID-19 ou não. Foram regulados nove mil pacientes com COVID-19. Existia um sistema chamado Regula Leitos que foi lançado para atender os pacientes com COVID-19 e outro sistema para pacientes não COVID-19. A Regulação estava começando, era difícil, pois existia uma cultura de se mandar pacientes para o HGE. Para finalizar, falou que as pessoas precisavam se acostumar a ligar para a Regulação, e acreditava que se todos contribuíssem o resultado seria positivo, e que a parte ambulatorial ainda não havia começado efetivamente. O **Presidente do CES/AL** falou que ao assistir as apresentações se percebia a necessidade do pleno funcionamento da Central de Regulação e a importância para o Estado de Alagoas. Em seguida passou a palavra para **o Conselheiro Municipal de Maceió, Hugo Alexandre** que perguntou a Fábio Oliveira quanto percentualmente se avaliava a melhora do CORA, qual o custo da equipe e da futura mudança de sistema. Sugeriu que quando houvesse a marcação ambulatorial de consultas e exames, os usuários recebessem através de um SMS as informações da data, local, horário e um tipo de recomendação para a consulta ou exame. **O Conselheiro Paulo Luiz Teixeira Cavalcante** parabenizou a Conselheira Josileide Carvalho pelo tema, disse que quando era Secretário Adjunto de Saúde trabalhou para a implantação do Centro de Regulação, mas na época não deu certo. A Regulação era de extrema importância para a saúde pública do Brasil, e Alagoas era um dos Estados que não tinha um sistema de regulação efetivo. Para fazer Regulação era necessário ter um sistema avançado, completíssimo para que houvesse comunicação entre os sistemas. Era necessário implementar protocolos, e implementá-los dentro das redes assistenciais. Os procedimentos do SUS, setenta por cento (70%), não se pagavam, e havia uma resistência natural por parte dos prestadores que não recebiam um paciente para ter prejuizo. Falou que fez uma visita ao Centro de Regulação em São Paulo, considerado o melhor Centro da América Latina, onde eles instituíram um programa chamado “Leito Zero”. Eles tinham informação de todos os leitos dos hospitais com sua estatística diária. O Programa premiava a instituição que aceitasse o pedido do Centro de Regulação, mesmo daqueles pacientes que tinha uma complexidade no seu tratamento. O hospital que estava sempre disponível a colaborar com o Sistema de Saúde. Que o governo de São Paulo instituiu um programa incentivador para que esse hospital não tivesse prejuizo e deu o nome de “Leito Zero”. Ressaltou que foi importante para São Paulo, por que ele passou a ocupar todos os leitos disponíveis da rede pública, privada e conveniada. “Se a gente não colocar em pauta de operação os grandes exemplos que deram certo no Brasil, a gente vai lutar muito para aprender. Por que Regulação é algo complexo, difícil, mas algo extremamente importante para se fazer uma assistência adequada a população usuária do SUS”. **A Conselheira** **Vera Elias** relembrou que a Regulação foi implantada no Estado de Alagoas em dezembro de dois mil e seis. A importância dela foi crescendo a partir do momento em que as pessoas iam compreendendo como isso facilitava o acesso delas aos serviços. “ Se analisássemos do inicio até hoje poderíamos observar um crescimento, que faz com que tenhamos orgulho de ter a regulação no Estado”. Parabenizou Fábio Oliveira por estar a frente do CORA desde dois mil e treze com muita competência. Parabenizou o Município por estar querendo melhorar. “ Estávamos num momento muito interessante com o surgimento da Regulação Estadual. Tínhamos pela primeira vez alguns serviços estaduais a disposição da população. Esses serviços não poderiam prestar um atendimento efetivo se não houvesse a Regulação e não tivéssemos a participação dos cento e vinte e dois municípios. O serviço publico era o carro chefe de tudo que a gente precisava para que o SUS continuasse fazendo todo esse trabalho para a população” . **O Conselheiro Francisco Mata** parabenizou a Conselheira Josileide Carvalho e falou que o gargalo do sistema vinha antes da pandemia. Era preciso entender os terminais de controle do CORA. Perguntou quantos terminais seriam no PAM Salgadinho, se seria por bloco os terminais de distribuições de consultas e marcações. Falou que no prédio do CORA havia sempre aglomeração de pessoas. Defendia a Regulação para poder controlar a distribuição das consultas. Os terminais na periferia estavam “capenga”. Os postos foram fechados para fazer reforma e os usuários estavam sendo atendidos no PAM Salgadinho. Solicitou que a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió enviasse para o CES/AL, cópia do projeto de mudança do novo sistema. Com relação ao absenteísmo, havia uma ausência dos usuários. Alguns usuários vinham do interior e chegavam aqui e não tinha médico. Afirmou que era preciso criar um sistema de comunicação para informar ao paciente, evitando que ele se deslocasse de tão longe e não ser atendido. Com relação ao Estado foi visto um “banho” de incompetência na distribuição dos leitos na pandemia, a começar pela primeira morte, quando o paciente ficou “mofando” numa UPA”. Questionou como tinha sido feita a distribuição dos leitos se os pacientes ficavam nas UPAs. Citou o exemplo do paciente de Taquarana que foi para a UPA de Palmeira dos Índios e depois de três dias foi direcionado para Arapiraca, quando o hospital filantrópico de Palmeira tinha onze leitos para pacientes com COVID-19. A primeira Macro Maceió, Marechal Deodoro e São Miguel dos Campos, enviaram pacientes para Arapiraca, para a segunda Macro, sobrecarregando o sistema de SAMU de lavagens e sanitização das ambulâncias. Perguntou se o projeto de regulação dos leitos havia sido enviado para o CES/AL. Para enfrentar a pandemia teria que ter sido feito um plano de contingência e que deveria ter sido enviado para o CES/AL, com uma plenária mínima que fosse, para discutir a questão do enfrentamento da pandemia. Falou que participou de uma reunião no Conselho Municipal de Saúde de Maceió junto com a SMS na discussão do plano de contingência. O Estado fez a apresentação do plano de contingência por vídeo conferência. Falou que o Ministério Público fiscalizou a Santa Casa para saber onde estava os leitos. **O Conselheiro Edeildo Alves** perguntou até onde iria a competência do Estado e do Município, por que os dois falaram em cirurgias e marcação de exames e consultas em ambulatório. Perguntou também quem era que dava capacitação dos servidores que atendiam no CORA, enfrente ao PAM Salgadinho. Informou que estava de porte de um áudio de uma usuária que havia sido atendida no CORA e ela relatava como era o atendimento lá. No áudio a usuária falou que todas as vezes que precisou ir ao CORA para agendar os exames da genitora dela, tinha um funcionário no atendimento, que era a pessoas mais errada para estar atendendo ao público, principalmente quando se tratava de idoso. Ele se quer olha no olho da pessoa. A sala onde ele atendia tinha ar condicionado e apesar de ter várias cadeiras desocupadas, ele manda as pessoas sentarem num banco que ficava no sol. Ele era impaciente, dava informação com raiva. Não estava falando que ele era um mau profissional, mas ele estava na função errada. Contou que falou com ele por três vezes e ele não respondeu e nem levantou a cabeça. Teve que se agachar para ele poder vê-la, o que deixou ele muito chateado com isso. Ele marcou encaminhamento da mãe dela e demorou muito tempo. Que ele precisava ser remanejado para outro setor, por que ele carregava uma carga negativa muito grande. Ele não tinha condições de atender o público. A Conselheira **Josileide Carvalho** falou que tinha ido ao PAM Salgadinho pela manhã fazer uma consulta e percebeu que realmente não tinha condições de atendimento. Havia uma fila imensa e foi informada que os políticos que estiveram lá falaram mal do CORA. Os usuários eram colocados no estacionamento para esperarem o resultado, se iriam ser atendido ou não. Enquanto isso, as pessoas ficam aglomeradas em plena pandemia. Não tinha controle na fila. As pessoas ficavam no sol e na chuva, no mínimo três horas. As oito horas era que informavam se tinha vaga ou não. Ginecologista, urologista e cardiologista para marcar era um problema no PAM. Perguntou se havia alguma estatística de atendimento. Estava falando das consultas compartilhadas. “Consegue a consulta do urologista, mas não consegue a do cardiologista, vai fazer o quê?” Como vai dar andamento aos exames, e as cirurgias? Estou vendo as pessoas desesperadas!” Sugeriu que eles fossem para a fila para sentir na pele o que era ser usuário do SUS. Era muito bom ficar nos birôs pensando, sem ter a experiencia pratica de sentir na pele o que as pessoas passavam. Não tinha como fazer a cirurgia sem passar pelo cardiologista, sem os exames. Não conseguiu a consulta, apenas o encaminhamento para o ginecologista. Não conseguiu consulta em pleno outubro rosa. Sugeriu que todos que faziam parte da regulação a se transformassem em usuários do SUS. Ainda com a palavra, falou que no feriado o PAM não tinha ninguém. “As pessoas vieram do interior, pagaram as passagens e cancelaram as consultas. Como pode? As pessoas estavam esperando há meses. É muita falta de respeito!” Nessa questão do CORA ela não tinha muita coisa positiva para falar. Relatou que passou uma situação muito difícil com o irmão doente, se não tivessem dinheiro ele teria morrido. Com relação ao Estado sabia que só tinha regulação de COVID-19, e o Secretário Alexandre Ayres estava de parabéns. Perguntou onde ficava e queria o projeto para acompanhar de perto. Se tudo isso fosse cumprido, haveria um avanço muito grande. No geral estava indignada com a regulação que tinha visto no interior. **O Conselheiro** **Cicero Vieira** perguntou o que o Conselho Municipal de Saúde de Maceió estava fazendo com relação a Regulação do Município. **O Coordenador do CORA Fábio** **Oliveira** respondeu que a pactuação não só cabia ao Estado e ao Município. A Comissão Intergestores Bipartite (CIB), a Comissão Intergestores Tripartite (CIT), junto com o Ministério da Saúde verificavam os valores. O Estado e o Município sozinhos não podiam fazer isso, tinha que ser tripartite. O Coordenador também falou das ingerências e interferências. Não sabia como estava funcionando hoje, mas sabia que muitas senhas do CORA ficavam na liderança de alguns Vereadores. Quem não era ligado a algum Vereador sofria para conseguir as consultas. Acreditava que isso estava mudando. Que a cultura do povo dificultava as mudanças. O importante era que estava se fazendo alguma coisa. Toda a situação era resultado de um sistema muito turbulento há muito tempo. Tudo isso começou quando o SUS foi implantado. Foi implantado um número de trabalhadores, de pessoas que era registrado pelo INAMPS, não pensaram na população geral. Estava muito grato por ter na Regulação uma profissional médica cubana. **A Conselheira Vera Elias** falou que ficou muito entusiasmada pelo processo da regulação. Acreditava que sempre estávamos em processo de crescimento. Olhando do passado para hoje, percebia como as coisas estavam evoluindo, sempre haveria problemas. Só estávamos tendo a oportunidade de discutir esse tema, por que a Conselheira Josileide pediu. Parabenizou Josileide pela coragem dela ter ido como usuária procurar saber as mazelas. Era muito importante o papel dos conselheiros estaduais e municipais em buscar os problemas e trazer para a discussão, com isso a gestão ia sendo obrigada a melhorar. Falou que o Conselheiro Francisco Mata estava levantado a questão da Santa Casa verso MPE, em relação a COVID-19, pela segunda vez. Pediu que quando as reuniões fossem normalizadas, deixassem agendado uma pauta para que ela como representante da Santa Casa pudesse explicar o que realmente aconteceu. **A Conselheir**a **Júlia Levino** agradeceu a Conselheira Josileide pela iniciativa. Não era a primeira pauta que ela trazia para o Conselho. Pautas interessantes! “ A Regulação estava avançando, o SUS estava avançando. Estávamos percebendo que havia uma evolução. O SUS não era só para o pobre”. Afirmou que o SUS financiava os procedimentos de maiores complexidades e que o SUS era universal. Parabenizou a equipe da Regulação Estadual e também a equipe do CORA. Informou ainda que havia sido feito a regulação de todos os serviços de Alagoas. Todos os leitos para o COVID-19, foi feito numa regulação única no Estado. Parabenizou a SESAU e o CES/AL pela pauta. O **Presidente do CES/AL** falou que o debate estava sendo muito produtivo, muito profissional. Passou a palavra para o Coordenador do CORA, Fábio Oliveira para ele fizesse suas considerações finais. **Fábio Oliveira** agradeceu a oportunidade de esclarecer, lembrou que ainda estavam num processo de evolução continuo. Muitas coisas ainda tinham que melhorar. Era preciso separar as dificuldades da Regulação e as dificuldades em relação a assistência. Respondendo as perguntas, falou que o valor do sistema não iria ter custo nem para a SMS, nem para a população, e nem para a Prefeitura de Maceió. Já existia um contrato entre a prefeitura e uma empresa chamada INDRA, empresa de prestação de serviços de recursos humanos. Ela estava desenvolvendo o sistema, entraria com a parte manual do sistema, a parte de construção e a Regulação do Município de Maceió, entraria com a parte mais intelectual e de conhecimento de sistema. A empresa iria ganhar dinheiro em outros Estados se vendesse o produto. Em Maceió a empresa está ganhando o “know-how” de construção de um sistema muito robusto. Informou que ia haver uma apresentação do sistema no Conselho Municipal de Saúde de Maceió e convidou os presentes. Com relação a pergunta do Hugo Alexandre, respondeu que no novo sistema iria ter comunicação através do SMS. Sobre a competência da Regulação Estadual e Regulação Municipal, a do Município tratava de regular o acesso do usuário a oferta contratada pelo município de Maceió e a regulação do estado tratava de regular o acesso do usuário a oferta contratada ou oferta própria da SESAU. Quem regulava a oferta dos os hospitais Metropolitano e hospital da Mulher era o Estado, quem regulava a oferta dos hospitais Santa Casa, Sanatório, Universitário e Vereda, era o Complexo regulador municipal. Os dois Complexo Reguladores trabalhavam de forma integrada, mas cada um com sua competência separada. A pactuação era uma questão estadual em Alagoas. Com relação ao áudio da usuária, falou que ela poderia procurá-lo para maior esclarecimento. Fez o convite para os (as) Conselheiros (as) visitarem o CORA. **A técnica da Sesau** **Vanessa Holanda** falou que com relação as consultas ambulatoriais, as consultas que ficaram sob responsabilidade da Regulação Estadual, tinham como dificuldades o contato com os usuários, foi pedido através de nota técnica que os municípios atualizassem os contatos dos usuários. Os usuários uma vez atendidos na rede, ele tinha acesso a todo serviço até o fim do processo. **Lysgreth Sanches** falou que devido o COVID-19, as mudanças na regulação estadual ainda iriam ser apresentadas. Mas a regulação estava funcionando, os pedidos eram atendidos dentro da possibilidade para não sobrecarregar o HGE. Iria haver um momento oficial para apresentação da Regulação Estadual. Conselheira **Josileide Carvalho** fez um encaminhamento de formação de uma Comissão paritária para acompanhamento de todo o processo de regulação municipal e estadual. Informou que já havia uma pauta para discussão do CONECTE SUS agendado para o dia dezesseis de novembro, convidou o Fábio Oliveira, Lysgreth Sanches e Vanessa Holanda para participarem. Falou que o Conselheiro Francisco Mata estava pedindo o projeto do novo sistema do CORA. Disse que via uma falta de comunicação entre os blocos no PAM Salgadinho e que era preciso haver uma interação maior entre a Regulação do Município, Estado e o PAM Salgadinho. Pediu com urgência ao Secretário Alexandre Ayres que fizesse um comunicado nas redes de televisão e rádio sobre funcionamento da Regulação, pois isso iria acalmar a população. **O Conselheiro** **Cicero Vieira** pediu uma questão de encaminhamento, para falar que a Comissão de Ação a Saúde e Recursos Humanos era que deveria ficar responsável pela questão. **O Presidente do CES/AL** colocou em votação o encaminhamento para a Comissão de Ação a Saúde e Recursos Humanos e todos concordaram. **A Conselheira** **Josileide Carvalho** falou que os Conselheiros que quisessem participar seria bem-vindo, e depois seria feito um agendamento. Pediu ao Conselho Municipal de Saúde de Maceió que enviasse os Conselheiros que quisessem participar. O Presidente **Francisco Lima**, leu os encaminhamentos : Compor uma Comissão no CES/AL, coordenada pela Comissão de Ação à Saúde e Recursos Humanos, para acompanhar o processo de mudança da Regulação Estadual; Solicitar à Sesau o Projeto de implantação do novo Sistema de Regulação;Solicitar à Secretaria Municipal de Saúde de Maceió o Projeto de substituição do CORA.Em seguidadeclarou a reunião encerrada às dezesseis horas e quarenta minutos, agradeceu a presença de todos, e para constar eu Edna Silva dos Santos, Assessora Técnica do CES/AL, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada deverá ser assinada pelos Conselheiros presentes. Maceió, vinte e nove de outubro de dois mil e vinte.

**José Francisco de Lima (**SEESSE**)**

**Manoel Eduardo Oliveira** (FAMECAL)

**Josileide Carvalho dos Santos** (CRP/15)

**Paulo Luiz Teixeira Cavalcante** (SESAU)

**Cícero Vieira Sampaio (**Instituto Alvorada**)**

 **Francisco Ricardo Correia Mata** (CUT)

**Vera Lúcia Elias Rodrigues** (Santa Casa de Misericórdia de Maceió)

**Maria do Socorro Santa Maria** (Rede Feminina)

**Wellington Diniz Machado** (ARCAL)

**Valdice Gomes da Silva** (ANAJÔ**)**

**Edeildo Alves de Moura** (SINDCONAM/AL**)**

**Cicero Cassiano da Silva Júnior** (FAAPIAL**)**

**Maria das Graças da Silva Dias** (ADEFAL)

**Rildo Bezerra** (COREN)

**Renilda dos Santos Barreto** (SINEAL)

**Clodoaldo Vieira Guimarães** (UNIASAL)

**Maria Alice Gomes Athayde** (FASPEAL)

**Marcus José Guimarães** (AFADA)

**Jade de Albuquerque Rodrigues** (CGTB)

**Julia Maria Fernandes Tenório Levino (**SESAU**)**

**Maria Augusta Machado Marinho** (APOSTE)

 **Cristiano Sousa Silva** (CRO/AL)

**Ducy Lilly Joazeiro de Farias Costa** (SOEAL)

**Maria Patrícia dos Santos** (SATEAL)

**Tâmara Maria Rodrigues Batista de Oliveira** (FEAPAES/AL)

**Dulcilene Lins de Lima Omena** (AAAHD)

**Tarlisson dos Santos** (GRUPO GAY).